



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Esta Audiência Pública é destinada ao cumprimento da obrigatoriedade da Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, atendendo ao que preceitua o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A organização desta Audiência Pública, no âmbito da Câmara Municipal de Maringá (CMM), é de responsabilidade da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**, estando presentes os Vereadores **ONIVALDO BARRIS** – Presidente, **ALEX CHAVES** - Vice-Presidente e **CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA** – Membro. Além da Comissão, participaram do evento os vereadores Adriano Bacurau, Ana Lúcia Rodrigues, Paulo Biazon e Sidnei Telles. O vereador Manoel Álvares Sobrinho foi representado por sua assessoria, presente em Plenário na ocasião. A fim de dar início à Prestação de Contas referente ao 1º Quadrimestre de 2023, às 15 horas do dia 30 de maio de 2023, o Presidente Onivaldo Barris cumprimentou a equipe da Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ), em nome do senhor Orlando Chiqueto, Secretário Municipal de Fazenda. Estavam presentes, ainda, as senhoras Maria Lígia de Siqueira Ferreira Martins Guedes, Secretária Municipal de Infraestrutura; Alexandra Staudt, Secretária Municipal de Comunicação; Ana Nery, Secretária Municipal de Juventude, Cidadania e Imigrantes; e Ariane Louise Rodrigues, Secretária Municipal de Bem-Estar Animal. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento informou que a realização da presente Audiência Pública havia sido amplamente divulgada à comunidade, a fim de ensejar a todos os interessados a devida participação. Onivaldo Barris explicou que seria permitida a realização de perguntas por cada interlocutor, de forma concisa e direta. Além do acompanhamento presencial, também seria possível participar remotamente, por meio do site oficial, páginas do Facebook e do YouTube da Câmara Municipal de Maringá, com o envio de questões pertinentes ao tema desta Audiência. Em seguida, com a palavra, o senhor Orlando Chiqueto cumprimentou a CFO e demais vereadores presentes. Disse que faria uma apresentação breve e sucinta dos resultados e metas alcançadas no 1º quadrimestre do corrente ano, sendo possível, assim, disponibilizar mais tempo para a elaboração de questionamentos e pedidos de esclarecimentos dos interessados. Sendo assim, o Secretário Municipal de Fazenda iniciou a explanação dos dados referentes ao 1º quadrimestre de 2023, destacando que a exposição estava dividida nas seguintes partes: receitas, despesas, resultados, e índices legais (consoante a LRF e a Constituição Federal). Em seguida, passou a expor, em slides, os dados referentes a esta Audiência Pública, os quais estão disponíveis nos anexos denominados "Documento Externo Caderno 1º quad. 2023 (0298276)" e "Documento Externo Avaliação das Metas Fiscais 1º Quadrimestre 2023 (0298665)", e podem ser acessados via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelo processo de nº 23.0.000003042-2. Os arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal também foram disponibilizados no Site da Câmara Municipal de Maringá por meio do caminho: Transparência > Audiências Públicas > 013/2023 - [Prestação de Contas do Município - 1º quadrimestre de 2023 - Comissão de Finanças e Orçamento](#) (Link: <http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001/audiencia/13>). Além disso, o evento foi registrado em meio audiovisual no Site da Câmara Municipal de Maringá, o qual pode ser visualizado pelo mesmo caminho citado. Ao término da apresentação de slides, o senhor Orlando Chiqueto se colocou à disposição para responder aos questionamentos dos vereadores e dos demais interessados. A primeira vereadora a se manifestar foi a senhora Ana Lúcia Rodrigues, que cumprimentou a CFO e lembrou que “verear” é fiscalizar. Assim, o acompanhamento da execução orçamentária ao longo do ano é fundamental, segundo ela. Em sua opinião, fazer a gestão do orçamento, no sentido de executar integralmente os recursos que há à disposição do Município, é o que demonstra eficiência. A vereadora destacou que a apresentação dos resultados do 1º Quadrimestre fora muito técnica, e que, pelo fato de ela não ser profissional da área de contabilidade, estava com dificuldades no entendimento por não dominar as noções contábeis. No entanto, notara que a apresentação fora bem feita, demonstrando o cuidado da equipe da SEFAZ com as contas públicas. Ainda, Ana Lúcia reivindicou por mais informações acerca do destino efetivo dos gastos no item "despesas

empenhadas", por exemplo. Ela observou que, quanto aos investimentos de 320 milhões de reais, foram empenhados apenas 26 milhões de reais (8% do planejado). Assim, ela indagou em quais atividades estava sendo investido este recurso, cujo valor é baixo em sua opinião. Como há demandas da população com relação a obras paralisadas, o que, na opinião da vereadora, pode estar sendo causado por problemas com as licitações, Ana Lúcia indagou se este era o motivo da baixa porcentagem empenhada. Também perguntou se há risco de o recurso previsto não ser totalmente empenhado. Sobre a despesa com pessoal, ela afirmou que a atual gestão tem tomado cuidado para não ultrapassar os limites legais, mas lembrou que o custo disso é a falta de pessoal em todos os serviços públicos, especialmente na educação, saúde e infraestrutura. Assim, o Estado se encolhe em sua finalidade, que é prestar estes serviços com os recursos oriundos da população, segundo a vereadora. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda lembrou que, no início de sua gestão, a apresentação levava 1h30min, na qual detalhava todas as obras realizadas. No entanto, na época, os vereadores solicitaram que fosse reservado maior tempo para questionamentos e esclarecimentos. Segundo Orlando Chiqueto, para que os vereadores possam verear, deve haver debate. Continuou respondendo os apontamentos de Ana Lúcia, dizendo que o processo licitatório é um tema complicado para todos os municípios. Ele destacou que o custo de uma licitação é grande e que a Nova Lei de Licitações não atende às necessidades da Prefeitura, visto que mantém o processo burocrático e complexo. Orlando Chiqueto continuou, informando que os investimentos previstos irão ocorrer no 2º e 3º quadrimestres deste ano. Deste montante, 80 milhões serão direcionados para uma grande obra: a usina fotovoltaica. Esta geração de energia vai proporcionar uma grande economia para os cofres públicos, segundo ele, principalmente na área de educação, o que permitirá que mais recursos fiquem disponíveis para investimento. Já sobre o índice de gasto com pessoal, o Secretário informou que foram ultrapassados alguns limites legais no início do 1º mandato do Prefeito Municipal, quando foram reconhecidos os passivos trabalhistas. Ele também informou que a Administração passou a investir na tecnologia da informação para auxiliar as Secretarias "meio", disponibilizando, assim, mais recursos para as Secretarias "fim". Existe, ainda, a previsão de contratação de mais de 300 servidores para este quadrimestre, e a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas já está fazendo o chamamento para que os servidores assumam seus cargos, conforme relatou Orlando Chiqueto. Ele ressaltou que toda contratação é realizada de forma exatamente controlada, para que, na data base, seja possível atualizar a inflação do período aos trabalhadores. O segundo vereador a se manifestar foi o senhor Sidnei Telles, que informou que esteve presente em todas as apresentações de prestações de contas realizadas durante seu mandato, visto que considera este acompanhamento fundamental. Fez, ainda, um pedido para os próximos eventos: que fosse acrescentado um quadro de comparação do 1º quadrimestre do ano corrente com o do ano anterior. Sabe-se que, ao se comparar, a diferença não será somente por conta da gestão, mas também por influência de crises econômicas etc. Em sua opinião, é preferível que a apresentação seja curta, permitindo maior tempo para questionamentos. No entanto, o vereador sugeriu que explicações mais aprofundadas fossem disponibilizadas no material impresso entregue a esta Casa previamente à apresentação. Um exemplo de dúvida que não ficou esclarecida durante a fala do Secretário, segundo Sidnei Telles, é o empréstimo de 100 milhões para o recapeamento. O vereador não compreendeu se este montante estava ou não considerado na planilha apresentada. Por fim, comentou que Maringá possui saúde financeira positiva, o que o leva a cobrar por mais obras e serviços, já que essa é a consequência da boa gestão financeira. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda lembrou que o vereador Sidnei Telles costuma fazer diversas cobranças à SEFAZ, o que é útil no aprimoramento do trabalho. Um exemplo disso foi a mudança de vários processos internos da SEFAZ para atender ao pedido do vereador de entregar com antecedência os dados e as informações da apresentação da prestação de contas quadrimestral. Em seguida, mostrou um slide no qual havia a comparação de maneira sintetizada da evolução dos impostos municipais entre o mesmo quadrimestre de diferentes anos, destacando o IPTU, que teve crescimento; e o ISS, de menor crescimento. Informou, ainda, que este ano havia sido implantado o PIX como meio de pagamento de tributos municipais para atender ao contribuinte. Orlando Chiqueto relatou que foram detectadas mais de 120 instituições financeiras recebendo os tributos de Maringá, das quais a grande maioria não estava presente fisicamente no Município. Isso significa, segundo ele, que estas empresas levam recursos para fora, o que reflete no baixo crescimento do ISS. Sobre a comparação solicitada pelo vereador Sidnei Telles, o Secretário informou que é de praxe a realização de comparação dos exercícios anteriores com o atual, a fim de implementar melhorias. Acerca da operação de empréstimo, esclareceu que esta ainda não fora finalizada, então ainda não haviam entrado os recursos nos cofres do Município. No entanto, Orlando Chiqueto afirmou que, até o fim do ano, será recapeada toda a cidade. Com a palavra, o vereador Paulo Biazon comentou que, a partir da corrente apresentação, pôde observar que a Prefeitura Municipal está

bem no que tange às contas públicas. Sobre os recursos livres, ele perguntou se é possível gastar um pouco mais para serviços importantes como a poda de árvores, que é uma demanda da população, ou, ainda, zerar a fila de consultas especializadas. Orlando Chiqueto respondeu que, na corrente data, havia sido fechada a arrecadação de ICMS do Município, e que, de 1º de janeiro a 31 de maio do ano passado, foram 105 milhões de reais arrecadados. Já neste ano, foram 10 milhões a menos, por conta de uma série de alterações na legislação, principalmente na redução da alíquota e da base de cálculo de telecomunicações, energia elétrica e combustível etc. Ainda, os municípios estão ameaçados pela reforma tributária e pela consequente centralização da arrecadação na União, segundo o Secretário. Ele destacou que a criação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) desburocratiza os processos, mas que pode fazer com que o município perca a capacidade de investimento. Sendo assim, é necessário que haja recursos extras para enfrentar as alterações que vêm da União e suas consequências. Orlando Chiqueto lembrou que, à época da pandemia, Maringá se destacou porque tinha recursos para contratar médicos, comprar equipamentos e pagar horas extras. Portanto, a saúde financeira é importante para esses enfrentamentos não planejados. Sobre a poda de árvores, o orçamento de 2023 para este fim teve um aumento de 27%. Dessa forma, o Secretário competente está conseguindo zerar fila das emergências e vai começar a trabalhar na fila das urgências, segundo informações de Orlando Chiqueto. Com a palavra, o vereador Alex Chaves ressaltou que está ocorrendo a oportunidade, nas comunidades, de se construir um orçamento participativo e de se ouvir comunidade. Destacou também que o orçamento municipal é muito conservador, restando pouco espaço para alterações, mas que acredita que este é o momento de a comunidade apresentar suas demandas à gestão. Segundo ele, deve haver previsão orçamentária para atender tais demandas, e este é o momento de construir tal participação. Segundo o vereador, fora satisfatória a apresentação dos resultados do quadrimestre, principalmente depois das alterações do mercado, do aumento da inflação etc, mas concorda com o Secretário Municipal de Fazenda no que tange à necessidade de prudência com as contas. Ele lembrou que o Prefeito Municipal não aumentara impostos até o momento, somente fizera reajustes obrigatórios pela LRF. Com o superávit de 468 milhões de reais e o pagamento dos tributos feito em dia pelo contribuinte, será possível ter saúde financeira, afirmou o vereador. Alex Chaves lembrou que, enquanto isso, há vários municípios que não conseguem sequer pagar em dia os servidores. Em sua opinião, é válida toda a vez em que se é votado um empréstimo que pode ser revertido em infraestrutura para o município, já que há capacidade financeira para isso e limite para contrair este empréstimo, sem prejudicar as políticas públicas essenciais. Sobre a usina fotovoltaica, ele disse que haverá geração de economia para o Município. Sobre as licitações, concordou que é normal que haja frustração com a burocracia envolvida neste tipo de processo. Por fim, pediu que Orlando Chiqueto comentasse as alterações na legislação federal acerca dos fundos e das restrições de sua utilização, em um cenário de votação da LDO e de transformação do orçamento como um todo. O Secretário Municipal de Fazenda esclareceu que, hoje, existe uma lei federal que estabelece que o município pode desvincular, de suas receitas vinculadas, 30% do total e destiná-lo para recursos livres. Tal dispositivo encerra sua vigência em 31 de dezembro deste ano. Sendo assim, a partir do ano que vem, o Município irá perder 40 milhões de reais de fonte livre, já que não vai haver a possibilidade de desvinculação destas receitas. Assim, será necessário repensar o orçamento e fazer adequações, visto que não será possível usar receitas vinculadas em sua totalidade. Orlando Chiqueto exemplificou, informando que foi comprada uma sede para o Procon no valor de 15 milhões, e que, ainda assim, já há mais 30 milhões neste fundo. No entanto, o Município não pode usar o recurso citado para onde houver mais necessidade. Na área de saúde, por exemplo, há um constante aumento nos preços dos insumos, os quais não podem receber investimento do citado fundo, por exemplo. Por fim, Orlando Chiqueto disse ser contra a criação de fundos, pois engessam o orçamento e tiram do município a capacidade de financiar serviços e realizar investimentos onde a população mais demanda. Ele pontuou que o vereador Alex Chaves participara das APGTs (Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial), nas quais ouviu as demandas da comunidade, cuja maioria não pode ser atendida com os fundos existentes, o que é preocupante. Em resposta, o vereador lembrou que, se Maringá não tivesse acesso a pelo menos 30% dos fundos, na época da pandemia, muitas medidas de emergência em saúde não poderiam ter sido tomadas. Por isso, ele entende que não se trata somente da gerência sobre os recursos, mas da obrigação do Município em cumprir determinadas metas sem necessariamente o acesso à fonte do recurso. Alex Chaves destacou que o orçamento do ano seguinte lhe era motivo de preocupação, por conta dos empenhos a serem pagos e da insegurança tributária. Ele afirmou, por fim, que se deve atentar à necessidade de que as políticas públicas cheguem à população alvo. Com a palavra, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Onivaldo Barris, apontou que, na área de saúde, há a obrigação de aplicação de pelo menos 15% de recursos, e já estavam aplicados 13,9%. Observou também

que, na área da educação, quase 50% do valor obrigatório a ser aplicado anualmente já estava empenhado. Sendo assim, indagou se o investimento obrigatório nestes setores seriam ultrapassados. Em resposta, Orlando Chiqueto informou que os gastos com saúde sempre ficam em torno de 20 e 22%, principalmente em decorrência da alta de preço dos insumos. A preocupação da Administração, segundo ele, é que o recurso não seja suficiente para atender às demandas desta pasta. Já no que se refere aos investimentos em educação, o Secretário afirmou que iria ser cumprida a meta planejada e permanecerão na casa dos 25%. Com a palavra novamente, a vereadora Ana Lúcia Rodrigues indagou qual era o impedimento para que os vereadores fizessem emendas no Orçamento. Em resposta, Orlando Chiqueto esclareceu que não há impedimento legal, mas que, para a execução orçamentária, esta situação seria extremamente complicada. Exemplificou, dizendo que, se a vereadora destinasse 1 milhão de reais para construir uma praça, a Prefeitura Municipal teria que elaborar os projetos, licitar a obra e executá-la. Tais procedimentos levam mais de um exercício para serem finalizados. Sendo assim, seria difícil incluir esta demanda no orçamento, já que emendas poderiam engessar o orçamento. Os investimentos oriundos de emendas iriam se estender de um exercício a outro. O Secretário informou que existe um planejamento de cada pasta, as quais agora estão planejando as demandas para 2024, de modo que sejam contempladas com recursos. Ele destacou que entende que as emendas sempre têm a intenção de beneficiarem a população, mas lembrou que há dificuldade de se inserir essas emendas dentro do planejamento de uma pasta. Com a palavra, o Presidente Onivaldo Barris disse ter ficado satisfeito com a presença de quase 50% dos vereadores, mas que gostaria que o número fosse maior, pois esta era a hora de se aprender um pouco de orçamento e havia a liberdade de os vereadores elaborarem questionamentos. Lembrou que acompanha há mais de 6 anos a prestação de contas, e que, durante este período, não tem conhecimento de denúncia de malversação de recursos, atribuindo este crédito ao senhor Orlando Chiqueto. Segundo o vereador, o Secretário comanda o orçamento com competência, resistindo a interesses de terceiros e pressão política. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Audiência Pública às 16h30min, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 1º Quadrimestre de 2023, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, fornecido pela Prefeitura Municipal. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2023** foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no Site da Câmara Municipal de Maringá, no link: <http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001/audiencia/13>.

ONIVALDO BARRIS

Presidente

ALEX CHAVES

Vice-Presidente

CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Alex Sandro de Oliveira Chaves, Vereador**, em 19/06/2023, às 08:59, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Onivaldo Barris, Vereador**, em 19/06/2023, às 09:00, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Marcos Maia da Silva, Vereador**, em 19/06/2023, às 09:17, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0298667** e o código CRC **E402F24D**.